



Quase 2,4 milhões de cheques-dentista por usar. Em 2021, desperdício bateu recorde

Alexandra Campos

Atendendo às dificuldades de acesso por causa da pandemia no ano passado, DGS decidiu prorrogar as validades dos cheques

Desde que o Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral (PNPSO) arrancou, no final de 2008, quase 2,4 milhões dos mais de 7,8 milhões de cheques-dentista emitidos para consultas e tratamentos não foram utilizados em Portugal, um dos países da União Europeia em que a percentagem de necessidades de cuidados dentários não satisfeitas é mais elevada.

O desperdício destes vales, que são dados a grupos específicos da população para utilização em clínicas e consultórios privados, tem sido uma constante ao longo dos anos – cerca de um terço não são usados – mas em 2021 este valor atingiu um recorde. O ano passado foi aquele em que mais cheques-dentista foram emitidos – 711 mil –, mas, proporcionalmente, foi o ano em que o desperdício foi mais gritante – 41% dos vales, 292 mil, ficaram por utilizar, de acordo com os dados que constam do Portal de Transparência do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Este resultado será mais um efeito colateral da pandemia de covid-19? O bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas, Miguel Pavão, acredita que sim, uma vez que os sucessivos confinamentos e os isolamentos afastaram muitas pessoas dos consultórios médicos e esta área não foi excepção. Olhando, porém, para a evolução da utilização dos cheques-dentista ao longo dos últimos 13 anos, Miguel Pavão é preempatório: “A taxa de utilização é muito baixa e tem-se agravado nos últimos anos, o que demonstra que este projecto, que na altura foi muito inovador, se tem vindo a desvirtuar, que não evoluiu.”

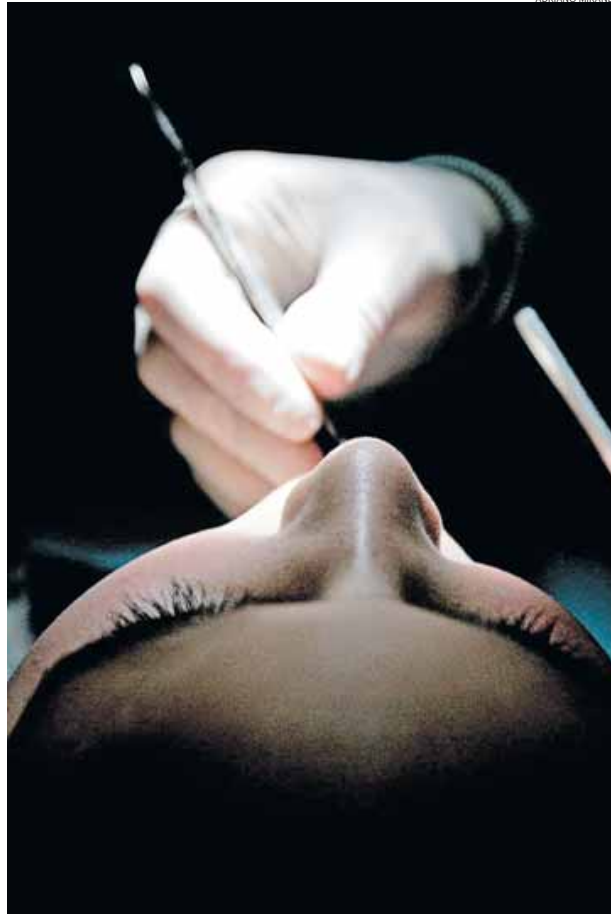
Para ilustrar a tese de que em Portugal “não há muito interesse em investir na saúde oral”, Miguel Pavão recorda que o valor do cheque-dentista foi reduzido de 40 para 35 euros no tempo da *troika* e que não foi alterado desde então, nem mesmo durante a pandemia, apesar da despesa adicional com equipamentos de protecção individual. “Não se reflectiu sobre o modelo do cheque-dentista, não se avaliou, não se parou para pensar”, lamenta.

A distribuição destes vales começou pelas crianças e foi sendo alargada, ao longo dos anos, a novas faixas

etárias e a grupos vulneráveis (nomeadamente grávidas seguidas no SNS, idosos beneficiários do complemento solidário, portadores de VIH/sida e pessoas com lesões suspeitas de cancro oral). Actualmente, estão incluídos estes grupos e todas as crianças e jovens dos sete aos 18 anos. Com idade igual ou inferior a seis anos, continuam por enquanto a estar apenas abrangidos os menores referenciados pelo médico de família por terem cáries em estado grave ou elevado grau de infecção em dentes temporários, uma vez que o alargamento anunciado em Maio de 2021 a todas as crianças de quatro anos está ainda dependente da criação de um “módulo informático”, segundo revelou a Direcção-Geral da Saúde (DGS), que é responsável pelo programa de promoção da saúde oral (ver caixa).

Mas como se justifica um tão elevado desperdício destes cheques? Em resposta escrita enviada ao PÚBLICO, a DGS diz que “pode dever-se a vários factores”. “No caso das crianças com 7, 10 e 13 anos, o acesso é universal, pelo que todas recebem cheque-dentista ou referenciação para consulta de higiene oral. No entanto, muitas crianças têm já médico dentista e/ou higienista oral a quem já recorreram e pretendem manter, seguro de saúde ou subsistema de saúde, e não pretendem utilizar os serviços disponibilizados no centro de saúde ou no consultório de médico dentista aderente ao Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral.”

Quanto aos outros grupos com acesso a estes vales, “os utentes, apesar de os terem recebido, são livres de utilizá-los ou não”, enfatiza a DGS. “Os cheques-dentista não utilizados não implicam pagamento. Esta situação é semelhante à das prescrições de medicamentos ou meios complementares de diagnóstico, bem como referenciação para consultas de especialidade ou tratamento, prescritas pelos cuidados de saúde primários e não efectivadas pelos utentes do SNS.” No ano passado, acrescenta, foram emitidos mais cheques-dentista do que o habitual, porque “foi dado acesso também às crianças e jovens que frequentam o ensino privado e cooperativo”, que antes estavam excluídos. E adianta que, atendendo às dificuldades de acesso às consultas de medicina dentária por motivos relacionados com a pandemia, “foram prorrogadas as validades de cheques de forma a permitir a sua utilização após a perda da validade inicial”, que é de 12 meses.



Durante a *troika* o valor dos vales passou de 40 para 35 euros

Crianças de quatro anos ainda sem acesso

O Governo anunciou, há oito meses, que o Programa de Promoção da Saúde Oral ia ser alargado a todas as crianças de quatro anos, que passariam a receber cheques-dentista, mas isso não aconteceu porque ainda está a ser construído um “novo módulo informático” para a integração desta faixa etária, explica a Direcção-Geral da Saúde (DGS), garantindo que o processo “deverá estar concluído em breve”. O alargamento do programa às crianças de quatro anos foi determinado num despacho do secretário de Estado adjunto e da Saúde de Maio de 2021,

que previa igualmente a inclusão das crianças e jovens de sete, 10 e 13 anos que frequentam o ensino particular cooperativo e que até então estavam excluídas. Este último grupo passou a receber cheques-dentista, depois de publicada uma norma a 7 de Junho, explica a DGS.

Já as crianças de quatro anos vão ter de aguardar pela construção da solução informática, mas a DGS salienta que estas, “à semelhança das crianças de dois, três, cinco e seis anos, têm acesso a um cheque de saúde infantil para tratamento de cáries em dentes deciduos [os primeiros dentes ou dentes de leite]”. **A.C.**

Um estudo sobre os factores de não adesão aos cheques-dentista (publicado em Julho de 2018 na Acta Médica) permitiu perceber que muitos encarregados de educação deixaram passar o prazo de validade dos vales e alguns até admitiram que os perderam.

Apenas 118 dentistas

A saúde oral no SNS é “uma manta de retalhos”, critica Miguel Pavão. “Paralelamente à distribuição de cheques-dentista”, recorda, o Governo decidiu há quatro anos introduzir consultas de medicina dentária em gabinetes instalados nos centros de saúde, em parceria com as autarquias, destinados a dar resposta às pessoas com problemas mais graves e com maiores carências económicas. Depois de ter arrancado com experiências-piloto, o projecto “Saúde Oral para todos” está a avançar mas “bem mais devagar do que foi anunciado”, enfatiza o bastonário da OMD, lembrando que “a meta inicial do Governo de ter 278 médicos dentistas nos centros de saúde em 2020 não foi cumprida”.

A informação mais recente que Miguel Pavão recebeu do gabinete do secretário de Estado Adjunto e da Saúde, há duas semanas, indica que há actualmente “140 cadeiras de medicina dentária com 118 médicos dentistas e 118 higienistas orais” nos centros de saúde, o que demonstra que “menos de 40% do território nacional está coberto”, calcula o bastonário. A DGS, na resposta ao PÚBLICO, adianta que, no final do ano passado, “nos 48 Agrupamentos de Centros de Saúde com resposta em saúde oral” os “médicos dentistas/estomatologistas” asseguram resposta em “112 concelhos”.

Num roteiro pelo país que fez em Outubro passado, Miguel Pavão diz que detectou “imensas fragilidades”. No Algarve os médicos dentistas “são contratados por empresas sem direito a férias, nem quaisquer regalias”, e em alguns locais há especialistas a “ganhar seis euros à hora”. “Falta criar a carreira de médico dentista no SNS” e unidades orgânicas nos cuidados de saúde primários para a integração dos profissionais, não só dentistas, mas também higienistas orais e assistentes dentários”, reclama.

Miguel Pavão ainda tinha esperança que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) incluísse uma verba que permitisse compensar o desinvestimento. Mas a resposta do gabinete do secretário de Estado deixou-o apreensivo: “O investimento previsto é de 7,2 milhões de euros para a instalação de 130 gabinetes de medicina dentária nos centros de saúde.”





Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Sábado, 12 de Fevereiro de 2022 • Ano XXXII • n.º 11.612 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,90€



Oposição a Orbán "Podemos parar a corrupção e libertar a Hungria"

Mundo, 26/27



Trás-os-Montes Chaves é uma cápsula líquida do tempo

Fugas

PAULO PIMENTA



Público

Reportagem Pedro Cabrita Reis já é vizinho do Louvre: começou a Temporada Cruzada Portugal-França

Inês Nadais e Paulo Pimenta, em Paris Cultura, 42 a 45

Suspeito de terrorismo via há dois anos vídeos sobre massacres em escolas

Jovem universitário de 18 anos detido por suspeitas de planejar atentado na Faculdade de Ciências ficou ontem

em prisão preventiva e foi transferido para a ala psiquiátrica do hospital-prisão de Caxias.

A folha apreendida no seu quarto em Lisboa que o Ministério Público considerou um "plano escrito com os

detalhes da acção criminal" não continha, contudo, pormenores sobre o modo como seria levado a cabo o

ataque. Segundo a PJ, o jovem via vídeos sobre massacres há, pelo menos, dois anos Destaque, 4 a 7

Fisco Promovidos queixam-se que ficam a ganhar menos

Economia, 30/31

Estratega de Costa "Muita gente que votaria PSD absteve-se por causa do Chega"

Política, 16

Crónica

Agressões no empate entre FC Porto e Sporting

Jogo no Estádio do Dragão terminou 2-2 e com vários cartões vermelhos Desporto, 52/53



Em 2021 Quase 2,4 milhões de cheques-dentista por usar

Sociedade, 20